Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR

I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

Praticas sociais, políticas públicas e valores humanos (Versão provisória)

Eric Sabourin[1]

Introdução

A comunicação trata da relação entre as práticas das organizações sociais e a produção de valores humanos no meio rural, mais precisamente, no campo do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Coloco a questão da mobilização de certas práticas e de certos valores para renovar instrumentos de políticas públicas. Por valores humanos, conforme Blais, (1980)[2], faço referência aos valores fundamentais e universais, reconhecidos em todas as sociedades e civilizações, embora de maneira diversa: confiança, responsabilidade, justiça, reputação, amizade, etc.
As transformações e a modernização da agricultura, em particular da agricultura camponesa e familiar, estão ligadas, entre outros, a processos de ação coletiva e de inovação institucional (Abramovay e Veiga, 1999, Abramovay, 2005; Sabourin *et al*, 2005). Neste contexto, as organizações de agricultores são mobilizadas em dois tipos de circunstancias: i) para assumir funções de interesse geral que eram antes da responsabilidade do Estado ou que deveriam sê-lo, ii) para participar da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais (Sabourin *et al*., 2004).
Essa nova agenda foi, aliás, amplamente justificada pelas agências internacionais e nacionais de desenvolvimento, na base das virtudes associadas ao capital social das comunidades rurais e das suas organizações (World Bank, 1997 & 2000; PNUD, 2000; Incra, 1999; MDA, 2003).

Todas as referências sobre as fontes do capital social remetem para a mobilização de valores humanos (confiança, responsabilidade, solidariedade, justiça, etc) associados às praticas sociais e culturais das comunidades locais. Mas, apesar dessa redescoberta das "virtudes" econômicas das relações humanas, poucos autores explicam a origem, não tanto do capital social, mas desses valores dos quais ele estaria emergindo.

Na primeira parte, examino explicações sobre a origem dos valores humanos, em particular a partir das relações e prestações de reciprocidade no meio rural brasileiro. A segunda parte trata de políticas públicas inspiradas por valores de justiça, equidade, responsabilidade e solidariedade. Analiso também, como tais práticas e valores podem contribuir para renovar as políticas de desenvolvimento rural, em termos de articulação entre a economia de intercâmbio e a economia de reciprocidade.

---

[1] CIRAD, UR Action collective, marchés et rénovation des politiques publiques. Pesquisador CNPq e professor visitante no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB-SOL).
[2] Para Blais (1980) os valores humanos "*são os valores éticos mais fundamentais, interessando a coletividade e reconhecidos pelas sociedades humanas, embora de formas diversas: confiança, justiça, equidade, obediência as leis, e obviamente, amizade e amor*". Tradução nossa.

1. Práticas socioeconômicas e relações de reciprocidade

1. 1. Capital social, reciprocidade e valores humanos

A contribuição de A. Portes (1998), além de ser uma das mais completas, é exemplar quanto a análise das origens do capital social (Bourdieu, 1980). Primeiro, Portes reconhece não apenas virtudes, oriundas de uma visão tautológica e teleológica, como a de Putnam (1996)[3] mas também, aspectos negativos. O capital social pode ser criador de « maus públicos » : fenômenos de exclusão daqueles que não fazem parte das redes; cobrança excessiva dos membros das redes, pressão social para a conformidade nos pequenos grupos ou solidariedade ligada a uma experiência de desconfiança perante o resto da sociedade.
Portes propõe uma definição que tem o mérito de desvendar o caráter utilitarista da noção de capital social: "*corresponde à capacidade dos atores de obter benefícios pelo fato de pertencer à redes sociais ou a outras estruturas sociais*".
Segundo ele, existem quatro fontes do capital social ligadas a relações de *reciprocidade e de solidariedade*, que ele diferencia dos "*intercâmbios mercantis puros*" :
- a obediência a *normas internalizadas* pelo grupo coletivo
- as obrigações perante os outros, pela norma de *reciprocidade bilateral;*
- a *solidariedade restringida*: a norma de reciprocidade é então o produto emergente de um objetivo e de uma situação comum aos membros do grupo (*compartilhamento*).
- *a reciprocidade indireta (ternária)*: o retorno ao doador não provem necessariamente de quem recebeu dele; a coletividade se torna garante da devolução dos dons (poder de pressão social do grupo).
Em realidade, Portes redescobre a diferença entre o intercâmbio e a reciprocidade, identificada por Mauss (1924), definida por Polanyi (1944) e as diversas formas de reciprocidade analisadas por Temple (1995, 1997, 1998). Neste sentido, é importante mobilizar essas contribuições pioneiras sobre as estruturas de intercâmbio ou de reciprocidade de Mauss, Polanyi e Lévi Strauss.

A contribuição de Polanyi

A abordagem substantiva da economia por Karl Polanyi (1944, 1957) marca uma verdadeira ruptura com relação à definição formal da economia política.
Polanyi (1944) introduziu uma teoria da pluralidade das formas da economia ou de alocação dos recursos. Identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transações econômicas diferentes do intercâmbio. Para ele, o que distingue a reciprocidade e a redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais. Polanyi (1957) fala de uma economia « inserida » num sistema de valores que se impõe a oferta e a demanda.
Os valores humanos, atrás desses códigos éticos, são dados e inseridos (*embedded*) nas estruturas e nas representações sociais: a religião, a cultura. Assim, quando desaparecem essas tradições (associadas por Polanyi às civilizações e culturas pré-capitalistas), a reciprocidade desaparece e o intercâmbio mercantil tende a se generalizar, segundo o modelo do mercado auto-regulado. Bastaria, portanto, liberar as transações das suas obrigações para que se tornassem intercâmbios puros. O livre-câmbio emerge assim, progressivamente da

[3] Portes critica essa visão por não levar em conta as diferenças de classes, e, sobretudo, pelo seu raciocínio tautológico, ou em círculo, o capital social sendo ao mesmo tempo causa e efeito : parte-se dos efeitos (as cidades e regiões que ganham ou perdem) para chegar as características que as distinguem, negando explicações alternativas como as diferenças de classes; trata-se de explicar todas as diferenças observadas pela eliminação das exceções e a supervalorização de fatores como o civismo.

reciprocidade mediante a separação de funções anteriormente confundidas, como no caso dos fatos sociais totais de Mauss (1924).
Mas, Polanyi não explica como são produzidos os valores nos quais seriam inseridas as prestações econômicas. São normas que caem do céu, que são transmitidas ou inculcadas pela sociedade?
Segundo Temple *(1997*), esses valores humanos não são dados; devem ser constituídos e socialmente construídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas, que ele qualifica de "estruturas de reciprocidade".
A confiança, por exemplo, não é oriunda, a priori, de uma religião ou de outra, nem de algum patrimônio cultural comunitário, indígena ou camponês, ou do interconhecimento. Ela é produzida por relações econômicas e sociais de reciprocidade, por meio de estruturas especificas de aliança e de compartilhamento. Se essas estruturas estão também, inscritas na tradição da maioria das comunidades rurais contemporâneas, é porque, geralmente, elas são oriundas de antigas civilizações rurais. Mas, segundo Temple, a desagregação desse patrimônio cultural podendo tornar essas obrigações facultativas, muitas vezes, não é mais possível assegurar essas regras e, portanto, as condições de reprodução das prestações e das relações regidas pelas estruturas de reciprocidade.
Para Temple (1997), as estruturas de reciprocidade (ajuda mutua, compartilhamento de recursos) produzem valores de uso, mas, também, valores humanos: a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça, a equidade, e a confiança nos modos de redistribuição.
Portanto, as capacidades e competências das organizações dos agricultores podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e ao mesmo tempo, complementares: uma que corresponde, sobretudo, à produção de valores materiais de intercâmbio e a outra, associada, essencialmente a valores éticos de cidadania, de solidariedade, permitindo, em certas condições, a institucionalização das estruturas que geram esses valores.

O que é a reciprocidade?

Para Godbout (2004) *podemos definir a reciprocidade de maneira simples : quando alguém recebe algo na forma de uma dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez. A gente não pensa primeiro « ah que bom negócio!" como manda o interesse pelo lucro. A dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a dar por parte de quem recebe. Não se trata em nada de um constrangimento, ao contrário, por exemplo, do contrato, no qual as obrigações de cada um estão sendo definidas da maneira a mais detalhada possível e regidas pela lei. Não, trata-se de uma incitação, de um convite. Mas esse fenômeno é tão importante que pode-se falar de uma força social elementar. Um grande sociólogo americano* Gouldner *(1960), diz da reciprocidade que ela é tão fundamental para a humanidade como o tabu do incesto.*

Mauss (1924) viu a primazia da obrigação de devolver, da qual diz que ela é total e imperativa do fato social, mas sem extrair dessa preeminência, o princípio da reciprocidade. *Nas prestações totais, tudo é simbólico e tudo é recíproco* diz Mauss. Lévi-Strauss (1950) cobra de Mauss, não ter postulado o intercâmbio no centro na função simbólica.
Mas, associando aliança e parentesco à tríplice obrigação : *dar, devolver e receber*, Mauss desenhou um projeto que Lévi-Strauss (1947) propõe logo nas *Estruturas elementares do Parentesco*. Ordenando as relações de parentesco ao principio de reciprocidade, Lévi-Strauss trata da *reciprocidade direta (ou bilateral*) com o termo de *intercâmbio restrito ou simétrico* (casamento com a prima cruzada bilateral) e da *reciprocidade indireta,* com o termo de *intercâmbio generalizado ou assimétrico.*

Temple (1995, 1997, 2004) parte, na origem da mesma constatação da dádiva de Mauss (1924), e pergunta: será que se pode dar, gratuitamente, sem razão, sem motivo, apenas por princípio? Quer dizer sem reciprocidade? Como Caillé (1998) e Bourdieu (1994), constata que a dádiva não é desinteressada, mas motivada, primeiro, pelo interesse pelo outro, pelo reconhecimento do outro.
Temple propõe considerar a reciprocidade como o redobramento de uma ação ou de uma prestação, como a reprodução da dádiva, entre outras. Distingue o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: *A operação de intercâmbio* c*orresponde à uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos*».
As prestações da dádiva podem corresponder ao *fato social total* identificado por Mauss, na medida em que as relações de reciprocidade engajam o ser humano (individuo ou grupo) na sua totalidade, tanto do ponto de vista material (econômico) como simbólico e social. É nesse sentido que Temple (1998) identifica e associa a produção de valores humanos às estruturas de reciprocidade e de redistribuição.

1.2. Reciprocidade na organização da produção e da comercialização agrícola

A partir do princípio de reciprocidade é possível ter uma outra leitura teórica das prestações econômicas e sociais no mundo rural. Essa leitura não pretende ser exclusiva. As relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista dos bens e do trabalho existem também, em todas as partes e, geralmente, de maneira irreversível. O que importa é considerar qual é o principio dominante. Mesmo se for o princípio do intercâmbio, isto não elimina a permanência de relações de reciprocidade. Porém, elas respondem a outra lógica e, sobretudo, apresentam a particularidade de gerar valores humanos, e não apenas valores materiais e de troca. Apresento a seguir alguns exemplos no domínio da produção e da comercialização na agricultura familiar.

O mutirão nas comunidades rurais

A ajuda mútua, o mutirão no Brasil, cobre diversas formas e corresponde a, pelo menos, três tipos de estruturas de reciprocidade (Sabourin, 2004):

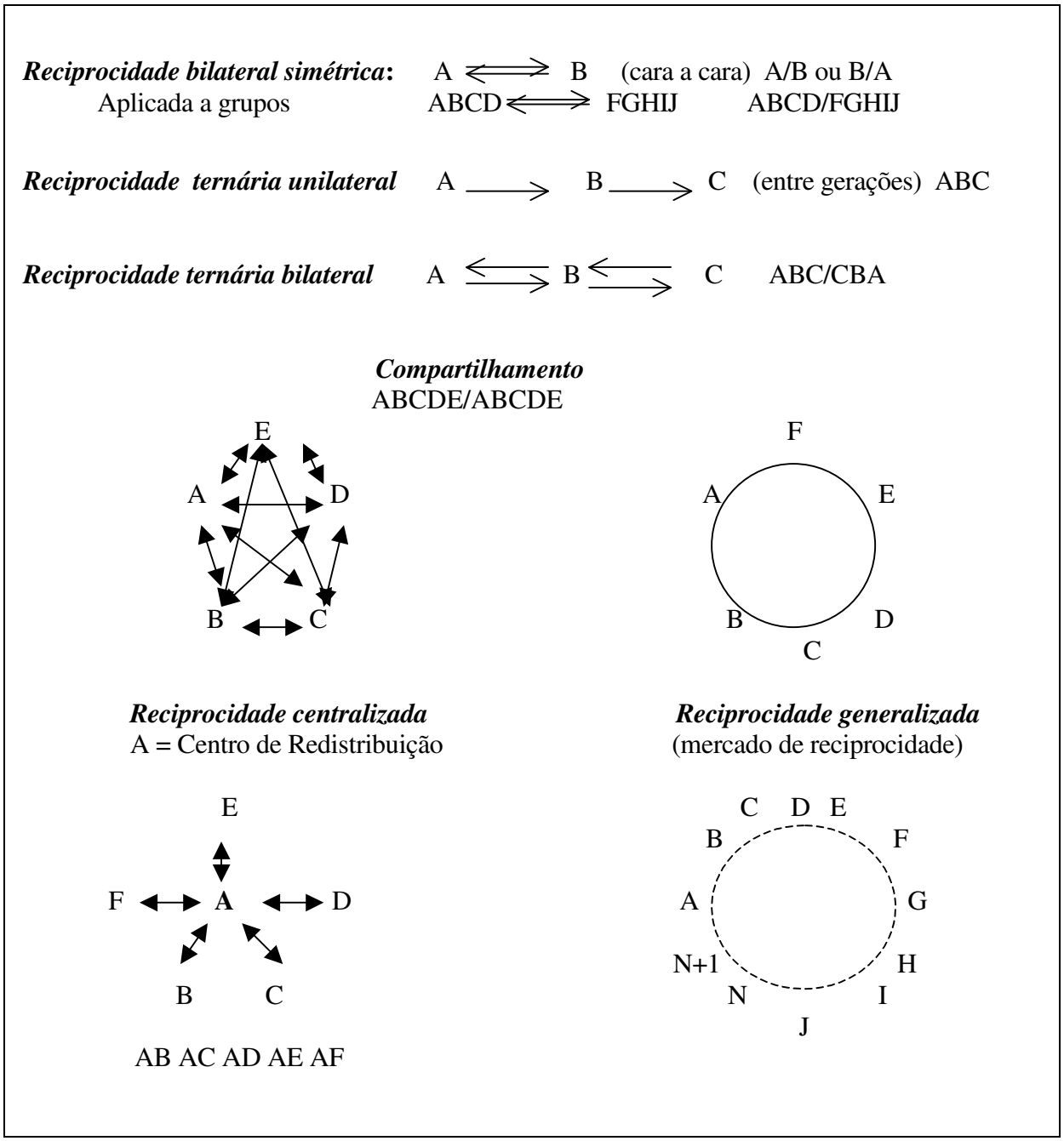
a) *a reciprocidade bilateral* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, geralmente vizinhos ou compadres. Nessa estrutura de aliança que pode ser simétrica (entre pares) ou assimétrica (se uma família fornece mais trabalho ou maior quantidade de produtos para a outra, porque é maior ou mais rica), o principal sentimento produzido é a amizade, que se institucionaliza nas relações de compadrio, apadrinhamento mútuo, constituindo uma extensão das relações de parentesco.

b) O *compartilhamento de trabalho* (a *metadosis de* Aristóteles) constitui uma estrutura de reciprocidade ternária específica: cada um dá para a comunidade e recebe dos outros. Por exemplo, quando todos os membros da comunidade mobilizam-se para realizar um trabalho beneficiando a um agricultor (abrir uma roça) trata-se de um compartilhamento bilateral. Quando é para construir a casa de um jovem casal, ele é unilateral. Temple (2004) lembra de fato que nunca se constrói a casa dos seus pais, mas das crianças. Além da amizade e da aliança, essa estrutura produz prestígio quando o donatário retribui a ajuda com comida, bebida ou festa.

c) *A reciprocidade em estrela* (Temple, 2004), outra variante de compartilhamento, corresponde ao mutirão mobilizando o conjunto dos membros do grupo local ou da comunidade, para tarefas

comunitárias, por exemplo, para construir a escola, consertar o salão comunal, cavar ou limpar o açude comunitário, uma cisterna ou uma estrada. Essa estrutura produz amizade, mas também confiança entre os membros que mais participam. Quem não comparecer perde prestígio e honra.

Fig. 1: **Representação esquemática das estruturas elementares de reciprocidade**



O manejo compartilhado de recursos comuns

O meio rural brasileiro é rico de práticas de manejo de recursos comuns: as lagoas e rios, a água dos reservatórios comunitários, as pastagens (os *fundos de pasto* na caatinga do Nordeste os antigos *faxinais* do Paraná ou os *campos gerais* de Minas) as áreas florestais de extrativismo na Amazônia. Esses sistemas correspondem a uma estrutura de reciprocidade

ternária especifica, o *compartilhamento*, que gera valores de confiança e de responsabilidade. Na estrutura de *compartilhamento* todos estão frente a todos: ABCDEF / ABCDEF.

Podemos simbolizar essa estrutura por um círculo (fig.1) extensível em função do número de participantes. Chabal (2005) nota que «*não é tanto o objeto do compartilhamento que importa mas os atos entre os sujeitos atores desse mecanismo* ». É, precisamente, um dos problemas com equipamentos ou recursos comuns subsidiados ou dados pelo Estado ou por terceiros. Não se compartilha da mesma maneira o que resulta de um trabalho entre pares e aquilo que vem de um centro de redistribuição. Na estrutura de compartilhamento, a práxis inter pares ou o fato de depender de um recurso natural limitado, cria um sentimento de pertencimento a o grupo. Chabal (2005) continua *« o compartilhamento procura produzir a união. A palavra expressa isto pelo "nós", "um para todos e todos para um ". É a idéia de totalidade que domina* ».

A forma de alienação específica dessa estrutura de reciprocidade é o fechamento do círculo, do grupo ou da comunidade. Para Chabal (2005) "*é o grande perigo : pois há compartilhamento e mutualidade no interior do círculo e reciprocidade negativa no exterior, ou ainda, prática do intercâmbio, quer dizer, saída da reciprocidade"*.

Comercialização e reciprocidade

A comercialização dos produtos agropecuários não pode ser confundida com o mercado de troca capitalista. Apesar dos processos de mercantilização capitalista (Conterrato *et al,* 2005 Ploeg, 2000), existem ainda mercados socialmente controlados. Temple (2004) e alguns autores africanos falam de mercados de reciprocidade (Guingané, 2001; Bazabana, 2005).
No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações direitas entre produtor-consumidor. Há, na idéia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades socioeconômicas e culturais "humanas", por meio de relações entre homens, culturas, territórios, produtos e identidades diferentes.

Existem assim várias alternativas, muitas vezes reunidas hoje no termo de "economia solidária" (Singer, 2002) que correspondem, de fato a relações e a estruturas de reciprocidade:

- a venda direta na unidade de produção, nas feiras locais de produtores ou nas festas de produtos regionais, corresponde a relações de *reciprocidade bilateral* e até *simétrica* entre agricultores e consumidores.

- as cadeias curtas controladas socialmente por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores (ou pelos dois em conjunto, como existe na periferia de Porto Alegre com assentamentos do MST), representam estruturas de *reciprocidade bilateral* produzindo *amizade e confiança.*

- Quando a relação direta (pelo encontro físico entre produtor e comprador não é possível) existe a intermediação qualificada ou interpessoal (o "*courtage*"). Ela mantém uma relação de *reciprocidade ternária* por meio do interconhecimento, do efeito rede e de uma informação sobre a qualidade do produto. Essa estrutura produz *confiança, responsabilidade* e *reputação* (do produtor como do intermediário) o que constitui uma fonte de prestigio e de autoridade nos sistemas de reciprocidade.

A política de qualificação (e de certificação), por si só, reduz os efeitos da concorrência e da especulação do livre câmbio capitalista. Mas, é importante entender que ela depende da identificação ou da construção de relações de reciprocidade. A partir do momento que o nome do produtor (ou da empresa ou da localidade) está em jogo, são essas relações de reciprocidade que produzem valores como a reputação, a honra e a responsabilidade. E são esses valores humanos que garantem a legitimidade e a autoridade do órgão certificador das normas de qualidade ou de origem. As empresas capitalistas descobriram essa função e se apressaram de ocupá-la, contra remuneração, para transformá-lo num serviço mercantil.

O comércio solidário ou justo constitui uma variante: propõe, na base de valores humanos de equidade e de justiça, uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação humana direta entre produtores e consumidores. Porém, a distância e a procura da eficiência, levam, muitas vezes, ao uso dos mesmos sistemas e redes de intermediação que àqueles das comodidades do livre câmbio (Laforga, 2005), o que reduz ou compromete a possibilidade de estabelecer relações de reciprocidade capazes de produzir valores humanos (Le Velly, 2004).

Em termos de geração de valores de justiça e de equidade, existem exemplos anteriores de prestações comerciais internacionais realizadas num marco de reciprocidade: os preços compensatórios entre nações do Norte e do Sul, entre União Européia e paises da zona de Acordo Comercial Preferencial, as cotas e direitos de produção (Barthélémy, 1999), visam reduzir a lógica da concorrência capitalista.

Temple (2004), a partir da analise dos mercados africanos e andinos propõe a noção de mercado de reciprocidade. As prestações recíprocas entre fregueses não são estabelecidas pela relação entre oferta e demanda, mas pelas necessidades mútuas e são medidas por equivalências (geralmente de volume, de quantidade), traduzidas ou não em valor monetário.
"*Tratasse de uma estrutura elementar na qual o compartilhamento dá lugar à reciprocidade generalizada, cada um dando a alguns parceiros aliados e recebendo de outros*."
« Como o que se deve e pode ser dado a cada um varia de uma comunidade a outra, as equivalências de reciprocidade variam também, mas as comunidades tendem a estabelecer a reciprocidade entre elas. Os equivalentes de reciprocidade mais comuns se tornam logo referências : são as moedas de reciprocidade (búzios e nozes de cola na África, moedas rituais na Oceania », etc)
Nessa estrutura de reciprocidade generalizada prevalece a geração do valor de responsabilidade e do valor de justiça.
Portanto a teoria da reciprocidade permite interpretar o sentido social e a lógica econômica construídas pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de prestações que, de maneira às vezes, imperceptível, passaram a ser naturalizadas como relações de troca, justificadas pela racionalidade do intercâmbio capitalista. Porém, o capitalismo não se interessa muito pelos valores humanos ou por um projeto mais justo para a humanidade.
De fato, nas sociedades rurais atuais, diferentes das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas. O sistema do intercâmbio tem sido imposto progressivamente, chegando a sobrepor-se e a ocultar ou a paralisar as práticas de reciprocidade. Isto dificulta o trabalho de análise. Por exemplo, as formas de reciprocidade bilateral ou simétrica são geralmente interpretadas como intercâmbios recíprocos ou trocas mútuas. As normas de reciprocidade ternária entre gerações são assimiladas aos interesses dos doadores (o seguro de vida das sociedades rurais). Mas, ampliando o leque de analise da reciprocidade, podemos encontrar também, a estrutura de "compartilhamento", atrás de políticas publicas de redistribuição social.

2. Políticas públicas: que articulação entre intercâmbio e reciprocidade?

É mais fácil, talvez, entender a relação entre valores humanos e estruturas de reciprocidade por meio do exemplo das políticas públicas de transferência ou dos direitos sociais generalizados. Essas políticas são justificadas por valores humanos de justiça e eqüidade, mediante a intervenção do Estado. Da mesma maneira, as políticas publicas de preservação do meio ambiente e de ecologia, são motivadas pela responsabilidade da humanidade perante as gerações futuras, o que corresponde a uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral.

2.1. Políticas públicas de redistribuição e reciprocidade

Transferência de renda

Geralmente, as políticas públicas de redistribuição (previdência social, aposentadoria) são interpretadas apenas pelo seu lado monetário como compensações, ganhos sociais ou complementos de salário, enquanto constituem as mais importantes e, talvez, as últimas, formas de reciprocidade generalizada das nossas sociedades modernas. Apesar do termo, não são estruturas de redistribuição no sentido antropológico. Na estrutura de reciprocidade centralizada, o poder e o prestígio estão personalizados no único nome do centro de redistribuição: o *big chief*, o rei ou o deus das igrejas.

No caso das políticas de transferência e previdência, o aparelho do Estado organiza, em nome do povo, o compartilhamento de recursos oriundos do imposto. O caso do seguro social de saúde como o SUS no Brasil, na sua forma básica, teoricamente accessível a todo cidadão, corresponde bem a uma estrutura de compartilhamento generalizada.
Pode-se notar que o Brasil elaborou votou uma legislação nacional de reciprocidade generalizada com a Lei de Renda Básica de Cidadania (votada em 15/12/03 e promulgada em 08/01/04). Essa proposta, inspirada do projeto de lei do Senador Suplicy (2002). foi criticada por seu risco de não melhorar realmente o nível das diversas transferências atuais para a população mais pobre e de apresentar o risco de um viés social liberal (Lautier, 2004). De fato depende se a proposta for analisada do ponto de vista do principio do intercâmbio (que considera a transferência de renda um paliativo para ficar sem trabalho ou na espera de um emprego) ou segundo o principio de reciprocidade, para o qual a renda de cidadania é precisamente uma dádiva generalizada ou uma estrutura de compartilhamento, para poder viver, sem depender do mercado de trabalho capitalista. Do ponto de vista da teoria (política, econômica e social) é difícil combater um projeto que propõe generalizar direitos do cidadão que, pelo momento são reservados principalmente para os inseridos no mercado do trabalho ou no sistema capitalista formal. De fato, a sua operacionalização num país como o Brasil, cujo orçamento publico está comprometido com o serviço da dívida, só pode ser gradativa e, sobretudo, associada a uma reforma das modalidades de cálculo e cobrança do imposto de renda[4]. Mas o elemento importante é que esse projeto de lei levou a criar de uma Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (MDS-Senarc, 2004) reunindo as modalidades de transferência de renda de vários ministérios no Programa Bolsa Família, que constitui a maior experiência atual de transferência, beneficiando a 8 milhões de famílias, com um valor médio mensal de 70 R$. O programa Bolsa Família também, assumiu uma aplicação gradativa: em 2003, transferiu R$ 2,2 bilhões, em 2004, foram R$ 3,4 bilhões e, em 2005, serão R$ 7 bilhões (Brasil, SGPR, 2005).

[4] Parece difícil discutir de valores mínimos da renda de cidadania com o nível atual do salário mínimo e a base atual de cobrança do imposto de renda. A implementação de um tal projeto depende da redução do montante do serviço da dívida e de uma reforma do sistema tributário.

A política de economia solidária

Entre as diversas definições e concepções da noção de economia solidária, a política pública de economia solidária do governo brasileiro escolheu apoiar as iniciativas de auto-gestão nas quais os meios de produção pertencem aos trabalhadores. Essa concepção inclui as empresas recuperadas e administradas pelos seus assalariados e as cooperativas (SENAES, 2003). Por um lado, essa opção firma uma oposição ao sistema da empresa capitalista, o que constitui um primeiro passo no sentido do reconhecimento do princípio de reciprocidade. Porém, como no caso das estruturas de compartilhamento, o círculo continua fechado: dentro da empresa social auto-gerida funciona a reciprocidade, mas por fora, a venda da produção, e portanto os resultados econômicos, estão condicionados pelas leis de competitividade e de concorrência do mercado de livre-câmbio capitalista (Azambuja, 2005).

Por isso é importante poder identificar, desenhar e fazer reconhecer interfaces entre os sistemas de reciprocidade e os sistemas de intercâmbio capitalista. O papel do Estado e da ação pública sendo, entre outros, organizar a produção de bens públicos ou de interesse geral, caberiam políticas públicas capazes de separar os princípios de intercâmbio e de reciprocidade, mas também de articular as interfaces necessárias entre os dois sistemas.

2.2. Conseqüências para pensar as políticas públicas de desenvolvimento rural

Interação e interface entre reciprocidade e intercâmbio

Cada uma das duas lógicas pode ser verificada na realidade. Portanto, as duas podem se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo, de precedentes, alguns deles sendo, provavelmente, irreversíveis. O propósito não é, obviamente, negar essa realidade ou propor um retorno às formas originais da economia. Hoje, em termos de desenvolvimento rural ou regional, não se trata de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra, mas sim de atentar para uma dupla referência. Como sublinha Temple (1997), o reconhecimento político e público, da economia de reciprocidade, permitiria desenhar uma interface de sistemas e abrir um debate entre os partidários de uma e de outra lógica, para tratar da natureza das organizações locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e dos recursos naturais. Em outras palavras, permitiria enriquecer o debate sobre as escolhas possíveis (Sen, 1999) e sobre as ferramentas adaptadas em matéria de sustentabilidade da agricultura e do planeta.

A título de exemplo, como elementos de debate e, também, de pistas para aprofundamento das pesquisas, proponho três tópicos de desenvolvimento rural que permitem discutir essa interface: a política de qualificação dos produtos, os dispositivos dos agricultores produzindo bens comuns ou públicos e o caso das redes sócio-técnicas e sócio econômicas.

A qualificação dos produtos

Todo processo de qualificação que garante a origem (o nome do produtor), a especificidade, um processo ou normas de qualidade de um produto, contribui para reduzir os efeitos da concorrência e da especulação do mercado capitalista (Konde, 2003). De fato, cria-se uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico. Porém, como no caso da empresa de economia solidária, fora desse grupo de produtores e até para comercializar seus outros produtos, impera a regra do intercâmbio capitalista. Por isso, com o processo de qualificação centrifuga, recorre-se a mecanismos de certificação, para recolocar uma

produção de reciprocidade no sistema de intercâmbio. Mas todas as possibilidades da qualificação não foram ainda exploradas. Temple (2003) propõe radicalizar o processo por meio da qualificação pessoalizada (sob o nome de Schneider, somente se pode produzir Schneider). "*Ninguém pode competir com uma produção única cujo valor intrínseco é, potencialmente, infinito... Simbólico ou prosaico, o valor será maior tanto quanto o produto será mais qualificado e não precisa de controle da qualidade por uma competência externa àquela da produção, pois a qualidade é inerente à estrutura de produção*" (Temple, 2003). Ele opõe a emulação para melhorar a qualidade à concorrência para acumular lucros.

Temple toma o exemplo do açafrão da Mancha na Espanha cuja exportação foi proibida pelos produtores para obrigar os consumidores a visitá-los na localidade, onde eles desenvolveram a Casa do Açafrão, feira local, restaurantes na fazenda, uma produção associada de legumes, carnes, frutas e vinhos, mas também, de serviços : hotéis e pousadas, turismo rural, etc. Para ele, uma das chaves para um desenvolvimento rural endógeno e auto-centrado que satisfaça as necessidades da comunidade local é, precisamente a qualificação centrípeta com o selo pessoalizado.

Dispositivos coletivos dos agricultores e multifuncionalidade

Por conta das necessidades, das carências ou do desengajamento do Estado dos seus compromissos reguladores, os agricultores constroem dispositivos alternativos. Assiste-se, no Brasil, a uma multiplicação de iniciativas de manejo de recursos comuns ou de produção de bens públicos por grupos de agricultores. Produzem informações (articulações temáticas e fóruns regionais, pólos sindicais, redes territoriais), inovação (bancos de sementes, grupos de crédito mútuo para construção de cisternas, grupos de agricultores experimentadores), saberes e saber-fazer (Universidade camponesa, escolas familiares rurais, etc). Os agricultores assumem, portanto mediante esses dispositivos, funções de interesse geral ou comum, de pesquisa, de experimentação, de extensão, de capacitação e divulgação, de maneira gratuita e sem beneficiar, muitas vezes de apoio público (Sabourin, et al, 2004).
Tais dispositivos coletivos ou institucionais (Mormont, 1996): asseguram junto com a produção familiar agropecuária, a produção de bens públicos. São, geralmente fundados em relações de reciprocidade (estruturas bilatérias ou ternárias de ajuda mútua ou de compartilhamento) e produzem valores humanos de confiança, responsabilidade, justiça.

Uma alternativa de política de desenvolvimento endógeno e auto-centrado, consiste em apoiar a sustentabilidade e a perenidade desses dispositivos coletivos de interesse público. Pode ser a partir do seu reconhecimento jurídico, de capacitação, de apoio financeiro para seu funcionamento. Fortalecer a institucionalização e a reprodução desses dispositivos coletivos constituiria uma forma original de articulação negociada e contratual entre ação pública do Estado e a ação coletiva dos agricultores. Ofereceria quatro vantagens:

- manter as práticas e prestações coletivas necessárias para o apoio à produção agropecuária
- manter e reproduzir as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais associadas a essas prestações coletivas gratuitas;
- manter o potencial de produção de valores humanos gerados por essas estruturas de reciprocidade
- seria mais econômico para os cofres públicos que terceirizar essas funções e prestações a empresas capitalistas.

Além disto, tais dispositivos são multifuncionais: asseguram serviços ambientais, sociais e econômicos associados a produção agropecuária. Oferecem, assim, uma alternativa de política de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais fundada pela reciprocidade e não pelo intercâmbio capitalista, como foi o caso na Europa. Em vez de monetarizar e mercantilizar serviços já realizados pelo agricultor para dar lugar a uma remuneração individual, o apoio público (financeiro ou não), seria outorgado ao dispositivo institucional que mantém a estrutura de reciprocidade. A política de multifuncionalidade da Europa transforma prestações de reciprocidade em relações de troca capitalista. Uma alternativa de política de multifuncionalidade para os países do Sul seria manter e preservar as estruturas de reciprocidade, e até, transformar relações capitalistas em relações de reciprocidade (Sabourin e Djama, 2003; Sabourin e Coudel, 2004).

A questão das redes e dos custos de transação

As redes sociais ou socio-técnicas (Callon, 1991, Latour, 2000) vêm sendo mobilizadas pelo apoio a organização das relações produtivas nos territórios rurais no Brasil (Veiga, 1999; Rocha *et al*, 2003). Nessas redes, as transações e prestações materiais aparecem « inseridas » nos costumes ou nas expressões culturais e simbólicas dos valores humanos. Como esses valores são gratuitos, eles contribuem, de fato, para a redução dos chamados custos de transação ou de organização, e por isto são reconhecidos pela nova economia institucional (Williamson, 1979). Mas, essa corrente não admite que esses valores devam ser constituídos. Não são naturalmente associados aos indivíduos como a cor dos olhos, ou aos grupos sociais, por alguma herança cultural ou por uma tradição transmitida pela educação. A teoria dos custos de transação procura maximizar os lucros e a sua acumulação, não apresenta nenhuma alternativa a economia neoclássica. Porém, se justifica, redescobrindo o papel e o potencial econômico das relações humanas de sociabilidade primária (Caillé, 2001) e dos valores humanos fundamentais (Temple, 1997). Por suposto, todas as redes dependem de relações humanas construídas socialmente.

Felizmente, nas sociedades rurais dos países pobres, o homem não tem por objetivo destruir esses valores, portanto, continuam existindo, apesar da extensão do livre-câmbio. Porém, para promover formas de desenvolvimento da coletividade apoiando-se nas redes sócias-técnicas ou sócio-econômicas, seria preciso caracterizar as estruturas constituintes: as que, além de valores materiais de uso ou de troca, produzem também valores humanos. Como uma rede de reciprocidade produz confiança? Quais os valores inscritos nos costumes ou na reconstrução social a partir do simbólico (representações sociais: filosofias, religiões, ideologias políticas, etc) e como esses valores estão sendo produzidos?[5]

Temos que analisar qual é o objetivo principal das unidades de produção camponesa ou das pequenas empresas familiares que constituem essas redes socioeconômicas? Geralmente, trata-se de satisfazer as necessidades das suas famílias e da população local.

A opção por trabalhar em unidades familiares autônomas, interdependentes e organizadas em redes, pode vir, também, do desejo dos seus atores em manter e reproduzir um sistema de valor ético agregado, que vem informar acerca da natureza moral ou da natureza utilitarista do econômico. Em outros termos, será que essas redes funcionam apenas para realizar lucros ou também, para manter relações humanas com os outros e para participar de uma sociedade humana e cidadã? Relevam de uma lógica de concorrência no intercâmbio para a acumulação

[5] Aparecem estudos interessantes no âmbito da sociologia econômica, apontando por essas questões como o de Magalhães e Abramovay (2005) sobre as cooperativas de crédito na Bahia.

de lucros privados ou participam de uma lógica de ampliação e generalização da reciprocidade associando o interesse por si ao interesse pelos outros?

Da mesma maneira, como distinguir as formas de organização dos agricultores, destinadas a estratégias produtivas que levem em conta a qualidade do trabalho, dos produtos e a preservação dos recursos naturais, dos modos de organização aparentemente semelhantes, que encobertos pelo mesmo discurso do desenvolvimento sustentável, estão promovendo, em primeiro lugar a realização de benefícios imediatos, para grupos dominantes ou restritos?

2.3. A in-sustentabilidade do desenvolvimento do intercâmbio

O modelo econômico fundado no desenvolvimento do intercâmbio capitalista não é sustentável, mas parece cada dia mais difícil definir de maneira operacional o que seria um desenvolvimento sustentável e, portanto, propor alternativas. Primeiro, porque estamos falando não de um conceito científico (Mormont, 2000), com embasamento empírico, com uma operacionalização, uma avaliação possível (Veiga, 2005), mas de uma categoria política, flexível e adaptável até a estratégias contraditórias (Compagnon, 2001).

Não temos elementos seguros para acreditar que o progresso tecnológico vai resolver definitivamente o esgotamento dos recursos não renováveis. Alias, sempre foi verificado na história que progressos tecnológicos em matéria de acesso, uso ou exploração de recursos raros, coincidiram com mais concentração de poderes e mais diferenciação entre as populações. A continuidade do modelo atual, quer no cenário de esgotamento de recursos naturais, quer no cenário de substituição por novas tecnologias, levaria sem dúvida de novo a mais desigualdades, por tanto mais conflitos, mais guerras.

Caillé (2005) e Latouche (2001, 2004) têm sido críticos rigorosos do modelo econômico dominante e inclusive da noção de desenvolvimento sustentável, propondo enfoques não utilitaristas do econômico e do político. Existe de fato uma ilusão do lado dos economistas inclusive heterodoxos, dos peritos e dos técnicos em querer fazer do desenvolvimento sustentável uma proposta científica e operacional (Mormont, 2000) quando, desde a sua origem, no espírito do relatório Bruntland (1987), tratava-se antes de tudo de propor uma categoria política ampla. É, precisamente, o que fez o seu sucesso com relação às propostas anteriores do eco desenvolvimento (Sachs, 1980) julgadas muito radicais ou aquelas do decrescimento de Georgescu Roegen (1995) muito tempo marginalizadas. Não parece realista preconizar apenas um decrescimento econômico, ainda mais para os paises em desenvolvimento. Procurar alternativas mais humanas significa trabalhar soluções enraizadas naquilo que os homens possuem de melhor e de menos mal repartido: os valores humanos e o seu potencial especifico em produzir laços sociais. Bonaïuti (2001), quem tampouco quer se resolver a um decrescimento, fala da necessidade de produzir bens relacionais. São « *bens dos quais não podemos gozar isoladamente, mas apenas mediante uma relação entre aquele que oferece e aquele que demanda* ». Bonaïuti (2003) cita os serviços às pessoas (saúde, assistência, educação), os serviços culturais, artísticos, espirituais e religiosos. Como não pensar também nos pilares dos sistemas rurais dos paises do Sul que constituem a ajuda mutua, o manejo de recursos comuns ou os mercados de proximidade.
Mas, trata-se de reverter a perspectiva econômica utilitarista por um enfoque econômico que se preocupa dos outros, do bem estar do outro, por ser este ligado ao sentido e ao futuro da nossa própria existência. Os ensinamentos do século passado (guerras coloniais, guerras mundiais, armas de destruição total, fome) e das últimas décadas (mundialização do terrorismo, degradação ambiental acelerada, guerra do petróleo, reivindicação de acesso de

paises totalitários às armas nucleares) não sendo muito motivadores, parece incontornável interrogar ao mesmo tempo a história e a realidade complexa das estruturas das sociedades e comunidades humanas que, de alguma forma e até ha poucos anos, tinham conseguido preservar o nosso planeta.

Conclusão

A mobilização coletiva das organizações e das redes dos agricultores pode seguir duas orientações. Por um lado, pode-se desenvolver apenas na base do sistema do intercâmbio capitalista. Sabemos que este é gerador de um progresso tecnológico inegável, de riquezas, materiais, sem dúvida nenhuma, interessantes para a humanidade, mas limitadas e cada vez repartidas de maneira mais desigual. Este desenvolvimento fundado na economia de intercâmbio e de concorrência, não é sustentável. Gera também a exploração do homem, dos recursos naturais e a exclusão dos mais pobres dos direitos de participar de uma verdadeira humanidade.
Por outro lado, as formas de organização dos agricultores, dos rurais e de outros atores sócio-econômicos, podem participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Essas relações e estruturas têm conseguido, mesmo se ignoradas ou mascaradas e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, um mínimo de valores humanos.

Na tese que defendemos, esses valores humanos não são dados culturalmente ou socialmente inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações; são, ao contrário, construídos e reproduzidos pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. Um dos aspectos mais graves da confusão entre essas lógicas (mesmo tratando-se de categorias teóricas) é, sem duvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais apoiados em valores humanos de comunidades (aqui rurais), para favorecer, principalmente o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista.
Tal debate permitiria, também, discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Enquanto a economia política reconhece uma só lógica econômica, a do livre-câmbio (mesmo disfarçada em diversas escolas ou teorias econômicas) continuará o reino do pensamento único.
Por outra parte, a diferenciação entre as duas lógicas, a identificação, a caracterização e a avaliação das relações e estruturas de reciprocidade e de dádiva constituem um precedente indispensável para a sua crítica. Pois, existem formas de alienação específicas aos processos de dádiva e de reciprocidade (reciprocidade negativa), que precisam ser criticadas e analisadas pelos atores políticos e pelos pensadores das sociedades do Sul, onde esses princípios continuam regulando uma parte importante das relações socioeconômicas. Como o lembra Temple (1983), falta, ainda, um ou vários "Karl Marx" para fazer a crítica à alienação da dádiva e da reciprocidade, da mesma maneira que Marx empreendeu a crítica à alienação do sistema capitalista.
Num outro plano, trata se, também de escolher entre privilegiar apenas a produção e apropriação de valores materiais de uso e de troca, ou a produção conjunta entre valores de uso ou de mercado e valores humanos comuns, aqui definidos como aqueles que são mais susceptíveis de contribuir para o bem comum. Segundo Blais (1983), o bem comum é comum em dois sentidos: primeiro porque é realizado por meio dos esforços de todos, segundo, porque pertence a todos.

Bibliografia

Abramovay R., 2005 Representação e inovação. In *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável,* MDA, Condraf, Brasília, 23-25 de agosto de 2005

Abramovay R.; Veiga, J. E. da. 1999. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: FIPE/IPEA, (Texto p/ Discussão N.º 641)

Azambuja, L. R. 2005 Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas auto geridas in *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29 de outubro 2005; GT 23 - Sociologia econômica

Barthélemy D., (1999), Droits à produire, patrimoine d'entreprise et patrimoine paysan. Les droits à produire, entre valeur et non-valeur. *Revue de Droit Rural*, 270 : 98-104.

Bazabana. M. 2005 L'entreprise de réciprocité : Eléments de réflexion sur l'entreprise en Afrique. Entre classicisme, réciprocité et responsabilité In http://afrique.cauris.free.fr/ a*cesso em 10-10-2004*

Blais M. 1980. L'échelle des valeurs humaines. Montréal, Fides, 216 p.

Blais M. 1983. L'anatomie d'une société saine. Les valeurs sociales. Montréal, Fides, 248p.

Bom Kondé P. 2003 Le traitement de la qualité agroalimentaire et questionnements. Conférence au Cauris, octobre 2003, In http://afrique.cauris.free.fr/ a*cesso em 12-12-2004*

Bonaiuti, M. 2001 La Teoria bioeconomica. La " nuova economia " di Nicholas Georgescu-Roegen, Carocci, Rome, 53p.

Bonaïuti M. (2003) A la conquête des biens relationnels, in http://fr.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9croissance_soutenable acesso 20/09/05

Bourdieu, P. 1980. Le capital social : notes provisoires, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 31 : 2-3.

Bourdieu, P. 1994 Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action. Paris, Le seuil, 248p.

Bruntland, G. H. 1987, Our common future, Oxford : Oxford University Press,

Caille A. 2005 Dé-penser l'économique, contre le fatalisme.Paris, La découverte, MAUSS, 310p.

Caillé A., 2001 Anthropologie du don. Le tiers paradigme. Paris, Desclée de Brouwer, 277p.

Caillé A., 1998. Don et Association, in: Une seule Solution : L'association. *La revue du MAUSS,* 11 (1), 1998 : 75-83.

Callon, M. 1991, Réseaux technico-économiques et irréversibilités in. Boyer, B., Chavance, B., Godard, O. (eds) *Les figures de l'irréversibilité en économie*, Paris, EHESS,195-232

Chabal Mireille, 2005 Les structures élémentaires de réciprocité, conférence in Cauris http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html Acesso le 20/09/2005

Compagnon D. 2001. La conservation de la biodiversité, improbable bien public mondial. In Colloque *Biens publics mondiaux*, Paris : AFSP/Section Etudes Internationales, 2001

Conterato M A, Gazolla M, Schneider S A. 2005. Dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: metamorfoses e reações locais. In *Workshop Políticas publicas e dinâmicas locais da agricultura familiar*, João Pessoa, 29-30/07/2005.

Georgescu-Roegen N. 1995 La décroissance, Entropie, écologie, économie (trad. J Grinevald et I Rens) Paris, Ed. Le Sang de la Terre, 321p.

Godbout J., 2004. De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241

Gouldner, AW. 1960. The Norm of Reciprocity: A Preliminary Statement, *American Sociological Review* 25, 2: 161-178.

Guingané J.P. 2001. Le marche africain comme espace de socialisation : Conférence de l'association Cauris. In http://afrique.cauris.free.fr/ acesso em 12/12/2004

INCRA, Novo mundo rural, projeto de reformulação da reforma agrária. Brasília, MDA-INCRA, 1999, 28p.

Laforga G, 2005, Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo: alinhando convergências, apresentado desafios in XXIX Encontro Anual da Anpocs, GT 21, Caxambu, 25-29 de outubro 2005

Latouche S. 2004. Survivre au développement. De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative, Ed. Mille et une nuits, Paris,

Latouche S. 2001. Déraison de la raison économique : de l'efficacité au principe de précaution, Paris, Albin Michel

Latour, B. Ciência em ação : como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, UNESP. 2000. 438p.

Lautier B, 2004, Le revenu de citoyenneté au Brésil – Utopie, modèle, pari ou ballon de baudruche ? in Colloque *Régulation sociale et développement. Spécificités et enseignements du cas brésilien*. 27-28/09/2004, Paris, Iheal, Iris, Credep, Prolam-Usp. 17p.

Le Velly, R, 2004, Le commerce équitable : des échanges marchands contre et dans le marché, *I Congrès de l'Association Française de Sociologie*, Villetaneuse, 24-27/02/2004.

Levi-Strauss C., [1950] 1977 Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss, in Mauss M. *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 482p. (7ma edição).

Levi-Strauss C., [1947] 1967 *Les structures élémentaires de la parenté*, chap. XXVII. « les cycles de la réciprocité » La Haye, Mouton.

Magalhães R. S. ; Abramovay R. 2005. A formação de um mercado de micro-finanças no sertão da Bahia in *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29/10/2005, GT 23.

Mauss M., [1950] 1977, Essai sur le Don in: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF,

Ministério de Desenvolvimento Agrário-Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2003. Referencias para um desenvolvimento territorial sustentável, por M Duncan, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF, 2003, 35p

Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate a Fome, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2004 Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004, Brasília, MDS SENARC.

Mormont M. 1996 Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale,* 1996, 236 : 28-36.

Mormont, M. 2000 Scientific communication and sustainable rural development: in *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-5 août 2000.

Ostrom E., 1992. Crafting Institutions for self-governing irrigation systems, San Francisco, ICS Pres, Institute for Contemporary Studies, 111p.

Ploeg J.D. Van der et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 391-407, 2000.

PNUD 2000. Sustainable livelihoods concept paper, UNDP http://www.undp.org/sl/Documents/strategy_papers/concept of_SL.htm, access 30/04/05

Polanyi K., 1944. *La grande transformation : aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, [1944] 1983, 420 p.

Polanyi K, Arensberg C, 1975, Les systèmes économiques dans l'histoire et dans l'économie, París, Librairie Larousse. 1ª edição 1957: Trade and Market in the Early empires.

Portes, A 1998, "Social capital ; Its Origins and Applications in Modern Sociology", in *Annual Reviews of Sociology* Vol. 24, pp 1-24.

Putnam R. D (& Leonardi, R. Nanetti, R). 1996. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas

Ricœur P. 1990 Soi même comme un autre, Paris, Seuil, 425p.

Ricœur P.1994 Ethique et responsabilité, Paris, La Baconnière.

Rocha F C, Zoby F L, Gastal M L, Xavier, J H V. 2003 Mapeamento das relações interpessoais em 3 assentamentos de reforma agrária de Unai-MG, *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 20 (2) : 305-323.

Sabourin, E, 2003, Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa In *Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*, Caron P, Sabourin E (eds) Brasília, Embrapa-Sct, Cirad, 2003, 145-178.

Sabourin E. 2001. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) *Revista Ibero americana de Autogestión y Acción Comunal*, 35-36-37 : 101-112

Sabourin E. 2004, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7 : 75-104

Sabourin E, 2005 Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective in *Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans l'action collective*, Sabourin e Antona (Dir) Paris, CIRAD, Petite Bibliothèque du MAUSS, 13-39

Sabourin E, Coudel, E. 2004. Multifunctionality of rural spaces and natural resource management: Brazil & France comparison. In: IASCP 2004 International Conference: The Commons in a Age of Global Transition: challenges, risks and opportunities, Oaxaca, Mexico, 9-13/08/, 2004, 12p.

Sabourin E. ; Djama, M. 2003 . Pratiques paysannes de la multifonctionnalité : Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. *Economie Rurale* 273-274 pp120-133

Sabourin, E, Tyuienon, R., Djama M., 2002, Dynamique des marchés de proximité en Province Nord de Nouvelle Calédonie, Pouembout, IAC-SRDL 02/2002, 60p. et annexes.

Sabourin E; Duque G; Diniz, P.C.O.; Oliveira M. S. L. 2004 O reconhecimento publico dos novos atores coletivos no Nordeste in XXVII Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 8-12 de outubro Novos atores e novas práticas no espaço agrário brasileiro contemporâneo

Sabourin E; Duque G; Malgodi E. 2004, Novos atores rurais e multifuncionalidade da agricultura no semi-árido brasileiro : um olhar crítico sobre o período 1998-2002, in *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas,* 22 (1): 58-72

Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L**,** Florentino G L. 2005 Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures* 14 (1) ***:*** 111-116

Sachs, I. 1980 Stratégies de l'écodéveloppement, Paris, Éd. ouvrières & Éd. Économie et Humanisme.

Sen, A 1999 Un nouveau modèle économique : développement justice liberté, Paris, Odile Jacob, 350 p

Secretaria nacional de Economia Solidária 2003, Programa Economia Solidária em desenvolvimento, Brasília: SENAES-MTD, 2003

Singer P. 2002. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, Perseu Abramo, 127p.

Secretaria-Geral da Presidência da República, Subsecretaria de Comunicação Institucional *Boletim em Questão especial Nº 13* - Brasília, 10 de outubro de 2005

Suplicy M E 2002. Renda de cidadania, a saída é pela porta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora,

Temple D 1983, La dialectique du don. Essai sur l'économie des communautés indigènes, Diffusion Inti, Paris, 50p.

Temple D., 1997. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109

Temple, D. 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) : 234-242,

Temple D. 2001. Le principe marché de réciprocité. Conférence de l'association Cauris. In http://afrique.cauris.free.fr/

Temple, D 2003. Séminaire Cauris sur la qualité agroalimentaire, http://afrique.cauris.free.fr/

Temple D., 2004. Séminaire sur la Réciprocité in : http:// dominique.temple.chez.tiscali.fr/

Temple D., 2004 Réciprocité et valeur. in : http:// dominique.temple.chez.tiscali.fr/

Temple D., 2004. "El mercado de reciprocidad positiva", in *Teoria de la Reciprocidad, tomo II : La economía de reciprocidad,* pp. 376-392, PADEP-GTZ , La Paz, Bolivia

Temple, D ; Chabal, M. 1995 *La réciprocité et la naissance des valeurs humaines*. Paris, L'Harmattan, 263p.

Veiga, I. 1999. Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne: la gestion durable des milieux en question. INP-ENSAT-ENFA, Université Toulouse le Mirail, Toulouse, 350p. Thèse de doctorat en Etudes Rurales (Sociologie).

Veiga J E (2005) Desenvolvimento Sustentável – O Desafio do Século XXI São Paulo, Editora Garamond Universitária, 226 p.

Williamson O.E., 1979. Transaction Cost Economics. The governance of Contractual relations», *The Journal of Law and Economics*, 22 : 223-261. October 1979.

World Bank 1997 *Social capital: The missing link "Monitoring environmental progress – Expanding the measure of Wealth*. Draft ms, Washington DC, World Bank Environment Department

World Bank 2000 *World Development Report 2000*: Reaching the poors, Washington DC, The World Bank.